

É com imenso prazer que publicamos um novo número da Revista de Estudos Culturais, com o dossiê "Crítica Cultural na Era Digital".

Na sequência, ainda turbulenta, de um longo período de quarentena e medidas extraordinárias diversas em reação à pandemia de Covid-19, percebemos que havíamos dado mais um passo no aprofundamento das condições impostas pela digitalização da cultura. Artistas, público, gestores, intelectuais, professores, financiadores depararam-se com um cenário de novas demandas e incertezas, desde que as mídias digitais passaram a constituir, em muitos casos, o único instrumento de que dispúnhamos para nos comunicarmos, produzirmos e acessarmos as mais diversas formas de nossa produção cultural. De que maneira a digitalização afeta nossa experiência com as obras, contudo, permanece como questão a ser respondida.

O presente dossiê emergiu, assim, em meio aos questionamentos sobre o papel da crítica para a formação cultural. Se em outros contextos o público contava com a análise de figuras especializadas, que ofereciam uma avaliação de obras e espetáculos para balizar nosso consumo e recepção cultural, hoje dispomos de uma profusão de comentários e opiniões em rede, quantificação de reações do público receptor e outros instrumentos que parecem ter tornado supérfluo o papel das formas anteriores de crítica.

A produção mesma das obras transformou-se, passando tanto a incorporar os recursos trazidos pelas mídias digitais, quanto se valendo das redes para tornar as obras públicas. O público, por sua vez, parece agora trazer as marcas de uma recepção imediatista, em que tudo tende a mostrar-se disponível ao mesmo tempo e sem demora, sob olhos atentos e ao alcance das mãos. As contribuições trazidas pelos(as) autores(as) neste número nos auxiliam na tarefa de melhor compreender e investigar este complexo cenário, bem como as consequências das transformações em curso para o campo dos Estudos Culturais.

Abrimos este dossiê com a oportuna entrevista concedida por Irineu Franco Perpétuo – tradutor e crítico musical – ao professor livre-docente Diósnio Machado Neto, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Nesta conversa vivaz, entrevistador e entrevistado articulam reflexões fundamentais para uma melhor compreensão das consequências da digitalização tanto para o trabalho do crítico, do escritor e do jornalista cultural, quanto, na esfera mais propriamente musical, para a veiculação da música de concerto, para a composição e a formação de instrumentistas, entre outros assuntos mais do que pertinentes.

Na excelente entrevista de Taísa Palhares, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, a Luciana Dadico, professora de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, somos presenteados, por sua vez, com uma relevante crítica ao ataque em curso às políticas culturais no Brasil e sobre as condições da mediação digital para as artes. Taísa Palhares, que é atuante no ramo das artes visuais e especialista na obra de Walter Benjamin, nos brinda com uma aprofundada análise do modo como a mediação digital tem influenciado o trabalho dos artistas, o funcionamento dos museus, bem como o mercado, formas de acesso e distribuição das obras de arte, considerando tanto questões de ordem global quanto peculiaridades e desafios postos pelo contexto brasileiro.

Sob enfoque teórico similar, mas argumentando em sentido diverso, Nivaldo Alexandre de Freitas, professor do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis, oferece uma acurada reflexão acerca dos impasses vividos pelos museus em relação às mídias digitais, voltando-se especificamente para o modo como se configura uma experiência estética interativa nos museus atuais. No ensaio “Museus, experiência e mediação interativa na Era Digital”, o autor retorna a Adorno para questionar a própria disposição das obras em um museu, considerando que, ao mesmo tempo em que as instituições buscam ampliar a comunicação com o seu público, também a experiência estética no contato com as obras vai sendo afetada pela digitalização, revelando não apenas tais transformações, mas também o caráter regressivo dessa nova “experiência”, apontando para as

contradições e possibilidades que cercam o papel da arte e dos museus no atual contexto.

Trazendo à discussão o urgente e necessário tema da censura e suas transmutações, o artigo “Dois casos de cerceamento à circulação de livros no Brasil no ano de 2021: o expurgo da Fundação Palmares e a falsificação de postagens do Padre Lancelotti”, escrito por Sandra Reimão, professora do Programa de Pesquisa em Estudos Culturais da USP, propõe, com recurso à história cultural, analisar dois casos atuais de censura a livros no complexo contexto que envolve o uso das mídias digitais, mas também o avanço da extrema-direita no Brasil, sob o governo de Jair Bolsonaro. Segundo a autora, os dois casos de censura envolveram estratégias distintas. No primeiro caso, o da Fundação Palmares, os livros censurados foram impedidos de circular, por meio do expurgo de uma biblioteca pública. No segundo, uma postagem do Padre Júlio Lancellotti foi manipulada eletronicamente, fazendo com que a indicação de um livro fosse eliminada e substituída por outra indicação, com sentido antagônico ao da postagem inicial. O texto nos permite refletir sobre a presença simultânea de estratégias variadas de censura. A propagação de *fake news* e a adulteração ora facilitada dos conteúdos digitais não parecem prescindir do ataque direto às obras em papel, denotando o caráter fascista da censura hoje em vigor, que se volta a toda e qualquer possibilidade de dissenso, visando, no caso dos livros, à sua eliminação; e, no caso das postagens digitais, à sua manipulação.

As mídias digitais também parecem mostrar-se propícias à produção e à adesão a conteúdos violentos. O artigo de Gregory Alves Ferri, Kesi Line de Moraes e Luís César de Souza, “Memes e a banalização da violência: reflexões sob a luz da Teoria Crítica frankfurtiana”, ajuda a compreender os motivos pelos quais os indivíduos produzem, recebem e replicam memes violentos, identificando-se com seus conteúdos. Recorrendo a buscas nas plataformas Google Acadêmico, Scielo e BDTD, os autores efetuaram um levantamento cruzado de artigos abordando os temas “memes”, “violência”, “indústria cultural” e “semiformação” produzidos no

período de 2010 a 2022, período mais intenso de desenvolvimento e expansão da internet e da banda larga no Brasil. Dentre outras contribuições, a análise realizada sugere que os memes, como produtos digitais característicos da indústria cultural em seu momento atual, recorrem tendencialmente a uma linguagem simples e infantilizada, oferecendo ensejo tanto para a falsa identificação quanto para uma circulação automatizada e irrefletida dessas postagens.

O filósofo Jürgen Habermas aparece neste número da revista como base conceitual para o desenvolvimento das ideias de Márcio Moretto Ribeiro, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, que, no seu artigo “Fragmentação e colapso de públicos em rede”, usa os conceitos de esfera pública e entrelaçamento para propor uma forma possível de interpretar criticamente a formação de públicos e a formação de opinião nas redes sociais na realidade brasileira contemporânea. Márcio usa o livro *#Republic*, de Cass Sunstein, como exemplo da linha argumentativa sobre a fragmentação da esfera pública e, a partir daí, defende a ideia de que meios digitais promovem duas tendências conflitantes em relação à formação de públicos: de um lado, uma fragmentação e, do outro, a convergência de contextos isolados.

Eduardo Razouk, no texto “O acervo de Augusto Boal: um exemplo do papel das mídias digitais na salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro”, reporta as dificuldades enfrentadas na manutenção dos acervos pessoais, usando a trajetória do acervo do dramaturgo Augusto Boal como ilustração. Razouk mostra a trajetória artística e política de Boal, que permite a formação do acervo e a trajetória do próprio acervo no seu percurso, inicialmente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, passando pelo Museu Lasar Segall, que promove, por fim, a disponibilização digital.

A construção da individualidade é o tema do ensaio de Ari Fernando Maia, do Departamento de Psicologia da Unesp de Bauru, no ensaio intitulado “O indivíduo na era do espetáculo digital: alvo, matéria-prima e potencial crítico”. O autor

propõe-se a investigar a construção histórica da individualidade e suas contradições, a partir tanto do capitalismo como dos dispositivos em que se materializam relações de saber e poder, usando como referência de história da individualidade Alain Corbin, além de dialogar com as ideias de Foucault, Marx e pensadores da Escola de Frankfurt. Maia argumenta que nos encontramos em um momento histórico no qual uma configuração específica do todo e um conjunto de dispositivos digitais disseminados tornam o indivíduo identificado a um conjunto de trajetórias, alvo de vigilância e continuamente mobilizado para realizar performances comportamentais. Por fim, explora a ideologia fascista atuante na indústria cultural e na construção da individualidade na era do espetáculo digital.

No artigo “O cinema do terceiro mundo e a hegemonia política: o papel social do cinema”, Nelson Marques explora o cinema como ferramenta política através da análise diferentes momentos históricos na produção cinematográfica: o da propaganda ideológica, com orientação tanto nazista quanto socialista russa; o momento de produção maciça por Hollywood; e um terceiro momento, às vésperas do golpe militar de 1964 no Brasil.

Na seção “Resenhas”, Leonardo Mendes, professor de Literaturas de Língua Inglesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nos oferece sua apreciação do livro *O naturalismo e o naturalismo no Brasil: questões de forma, classe, raça e gênero no romance brasileiro do século 19*, de autoria de Haroldo Ceravolo Cezeira, publicado pela editora Alameda em 2022, destacando sua contribuição para a compreensão do movimento naturalista no país.

Encerrando este número especial da Revista de Estudos Culturais da USP, somos contemplados com a tradução, generosamente oferecida pelo professor Jefferson Agostini Mello, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, do capítulo intitulado “Do estudo das palavras ao estudo das coisas”, que compõe o livro *La vie intellectuelle en France, II, de 1914 à nos jours*, escrito originalmente em francês por Charles Soulié, professor da École Normale Supérieure. Neste capítulo, ora

acessível em língua portuguesa, somos conduzidos a uma importante reflexão sobre a formação (e inflexão) da intelectualidade francesa, a partir de sua histórica ligação com as faculdades de letras daquele país.

Esperamos que nosso público encontre tão ricas reflexões nestes textos quanto nós editores encontramos alegria na organização deste dossiê.

Boa leitura!

Luciana Dadico e Mário Pedrazzoli